

ATA NÚMERO 220XIII/4.^a SL

Aos dezanove dias do mês de setembro de 2018, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na sala Senado do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

10:00

Audiência com Delegação de Deputados do Estado Federado de Berlim.

11:30

- 1. Audição com o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, no âmbito da discussão do Relatório do Combate à Fraude e Evasão Fiscais e Aduaneiras 2017 e do Plano Estratégico de Combate à Fraude e Evasão Fiscal e Aduaneira 2018-2020.**
- 2. Apreciação da Nota de Admissibilidade da Petição nº 533/XIII/3^a - "Solicitam a reposição da taxa do IVA dos espetáculos nos 6%."; Cabe ao GP CDS-PP**
- 3. Designação de autor de parecer ao Projeto de Lei n.º 967/XIII/3.^a (PAN) - "Possibilita a dedução em sede de IRS das despesas com medicamentos destinados a animais de companhia"; Cabe ao GP BE**
- 4. Designação de autor de parecer ao Projeto de Lei n.º 968/XIII/3.^a (PAN) - "Altera o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, reduzindo a taxa de IVA aplicável às prestações de serviços, efetuadas no exercício das profissões de juriconsulto, advogado e solicitador"; Cabe ao GP CDS-PP**
- 5. Designação de autor de parecer ao Projeto de Lei n.º 969/XIII/3.^a (PAN) - "Altera o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aumentando a taxa de IVA aplicável ao leite achocolatado e aromatizado" Cabe ao GP PSD**
- 6. Designação de autor de parecer ao Projeto de Lei n.º 971/XIII/3.^a (PAN) - "Alargamento do regime de tributação para sacos com maior gramagem"; Cabe ao GP PS**

7. Designação de autor de parecer ao Projeto de Lei n.º 972/XIII/3.^a (PAN) - "Termina com a isenção de pagamento do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) relativamente aos artistas tauromáquicos, atuando quer individualmente quer integrados em grupos em espetáculos tauromáquicos"; Cabe ao GP PCP
8. Designação de autor de parecer ao Projeto de Lei n.º 973/XIII/3.^a (PAN) - "Possibilita a dedução, em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), dos custos com a reparação de computadores e de bens de uso pessoal e doméstico"; Cabe ao GP PSD
9. Designação de autor de parecer à Proposta de Lei n.º 144/XIII/3.^a (ALRAM) - "Procede à alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro"; Cabe ao GP PS
10. Designação de autor de parecer ao Projeto de Lei n.º 986/XIII/3.^a (CDS-PP) - "Alteração ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro, de modo a isentar de IVA todas as entidades promotoras de creches, jardins-de-infância, lares, entre outros, independentemente da sua natureza jurídica"; Cabe ao GP PSD
11. Designação de autor de parecer ao Projeto de Lei n.º 988/XIII/3.^a (CDS-PP) - "32.^a Alteração ao Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, de modo a restabelecer a redução da taxa do imposto municipal sobre prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo em percentagem do valor do imóvel"; Cabe ao GP PS
12. Designação de autor de parecer ao Projeto de Lei n.º 990/XIII/3.^a (CDS-PP) - "Benefícios em sede de IRC às empresas que promovam comportamentos familiarmente responsáveis"; Cabe ao GP PSD
13. Designação de autor de parecer ao Projeto de Lei n.º 992/XIII/3.^a (CDS-PP) - "Altera o Código do IRS, com o intuito de repor e reforçar o Quociente familiar"; Cabe ao GP PS
14. Apreciação e votação do requerimento do PCP para "Audição do Ministro das Finanças sobre a Caixa Geral de Depósitos";
15. Outros Assuntos.

10:00

Audiência com Delegação de Deputados do Estado Federado de Berlim.

A Senhora Presidente deu início aos trabalhos apresentando os seus cumprimentos ao Senhor Embaixador da Alemanha em Portugal, ao Chefe de Delegação do Parlamento do Estado Federado de Berlim, ao Senhor Secretário de Estado das Finanças do Senado de Berlim bem como aos Senhores Deputados que integram a delegação alemã. Começou por apresentar os grupos parlamentares do Parlamento português presentes nesta reunião (PSD, PS e PCP) justificando também a ausência do GP do CDS-PP. Depois de apresentar a metodologia de trabalho desta reunião, a Senhora Presidente passou a palavra ao Chefe da Delegação alemã, que agradeceu a possibilidade da delegação reunir com a COFMA, destacando o especial interesse do debate com uma Comissão que conjuga as matérias orçamentais com as da modernização administrativa.

O debate iniciou-se com a intervenção do Senhor Deputado Carsten Ubbelohde (AfD). Levantou questões relacionadas com: a) A dimensão da despesa pública relacionada com a amortização da dívida pública; b) A finalidade alternativa dessa despesa que poderia ser aplicada na área social ou servir para investimento em infraestruturas, fundamentais para o progresso económico; c) O impacto económico, nomeadamente no tecido produtivo, de euro sobrevalorizado; d) Número de subcomissões que existem na COFMA.

De seguida, a Senhora Deputada Sibylle Meister (FDP) suscitou questões relacionadas com a (sobre)valorização imobiliária nomeadamente: a) Se há investimento na reconstrução [requalificação/reabilitação] imobiliária; b) Sendo Portugal um país com tantos proprietários, existirá, de facto, a opção pelo arrendamento ?; c) Como estão a ser resolvidos os problemas de habitação na cidade, relacionados nomeadamente com o aumento das rendas.

A Senhora Deputada Manuela Schmidt (LINKE) também centrou a sua intervenção sobre os problemas do mercado de arrendamento, sublinhando a sua particular gravidade para os trabalhadores que recebem ordenados reduzidos. Pretende saber se, nestas circunstâncias, existe facilidade de acesso ao arrendamento? Também interrogou a Comissão sobre matéria relativa à descentralização: a) sobre as finanças municipais e as responsabilidades do Parlamento nesta matéria; b) saber se há regionalização do território e se há compensação financeira entre regiões: das regiões com mais receitas para as que têm menos, ou seja, se existem mecanismos de equilíbrio financeiro.

O Senhor Deputado Florian Swyter (FDP) questionou os Deputados portugueses sobre o relacionamento da troika com o Parlamento. Perguntou também como funciona o sistema de quotas no

Parlamento e nas Comissões e se a regra que exige que 1/3 dos Deputados sejam mulheres é de aplicação rígida.

A Senhora Deputada Kristin Brinker (AfD), referindo-se ao atual contexto económico de baixas taxas de juros, quis saber que medidas estão a ser preparadas pelo país para fazer face a uma conjuntura menos favorável, que poderá surgir entretanto. Também perguntou como tem corrido o processo de introdução do novo sistema contabilístico (contabilidade pública) em Portugal.

O Senhor Deputado Christian Goiny (CDU) perguntou como estava a decorrer o processo de digitalização dos serviços no Parlamento, também no que respeita à utilização da assinatura eletrónica.

A Senhora Deputada Hendrikje Klien (LINKE) levantou questões sobre o orçamento participativo e o papel da COFMA nesta matéria. Também manifestou interesse em saber qual a situação de Portugal no que respeita à pobreza, sabendo que o limiar do rendimento abaixo do qual se considera que uma família se encontra em risco de pobreza corresponde a 60% da média [mediana] do rendimento.

O Senhor Secretário de Estado das Finanças do Senado de Berlim também levantou questões relacionadas com a problemática imobiliária. Perguntou como é que são abordadas, em termos de políticas públicas, as tensões que naturalmente existem neste mercado pela falta de alojamento (a preços acessíveis).

A Senhora Deputada Stefanie Remlinger (GRÜNE) levantou questões sobre: a) a evolução na digitalização e modernização administrativa, na sequência da reunião prévia havida com a Secretária de Estado sobre o SIMPLEX; b) como conseguiu Portugal evoluir tanto na consolidação orçamental; c) políticas de proteção ambiental e em matéria poupança energética.

A Senhora Deputada Clara West (SPD) pretendia ouvir os Deputados sobre o tema da reforma administrativa (do Estado), identificando áreas de maior dissensão, analisando também o papel dos funcionários públicos nestes projetos, bem como a sua influência no debate orçamental.

Tomou a palavra a Senhora Presidente da COFMA realçando que a resposta a algumas das perguntas deveria ser dada por membros do Governo. Sobre a evolução da paridade em Portugal, sublinhou que apenas nesta legislatura o Parlamento cumpriu a quota de 33% de Deputadas, realçando que, na primeira Assembleia da nossa democracia (Assembleia Constituinte) a representação feminina era apenas de 6%. Saliu que o sistema eleitoral português segue o método de Hondt e que, por lei (desde 2006), a composição das listas de cada partido deve garantir a interpelação do género. Considera porém, que a política em Portugal é ainda feita por homens, pese embora se registe uma tendência positiva, de maior paridade, nos últimos seis ou sete anos. Destacou o caso dos Tribunais (de 1.ª Instância) onde as mulheres já representam 73% da força de trabalho. Ainda assim, concluiu, há ainda um longo caminho a percorrer. Apresentou depois os Deputados da COFMA da força política mais votada (PSD) posto que passou a palavra ao Coordenador deste GP.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) começou por se referir à opção, nesta legislatura, de juntar

numa mesma Comissão as matérias orçamentais com as da modernização administrativa. Foi consensual, entre todos os GPs, visto que há ganhos de eficiência que decorrem da modernização administrativa, que para além de beneficiarem os cidadãos, têm impacto orçamental positivo. Informou ainda que a COFMA não tem subcomissões. Esclareceu que em Portugal, não houve regionalização (pese embora existam duas regiões autónomas, fora do Continente) mas existe uma tradição e forte pendor municipalista. Realçou a clara repartição de poderes entre a administração local e a administração central, sublinhando alguns aspetos da autonomia da administração local, incluindo a autonomia financeira e de gestão. Há, todavia, lugar à transferência de meios financeiros para os municípios bem como previsão de verbas para contratos-programa, em sede da Lei do Orçamento de Estado. Abordou também as experiências de orçamento participativo. No que respeita à gestão da dívida, mencionou as competências próprias do IGCP e a sua autonomia para gerir a dívida, dentro de certos parâmetros e orientações políticas. Sublinhou que a sua presidente reporta ao Parlamento, e concretamente, à COFMA. Sobre a gestão do património público, informou que está centralizado na D.G. Tesouro, manifestando a sua opinião de que está muito burocratizado, e que muito haveria a fazer para termos uma gestão mais eficiente deste património.

Sobre o relacionamento da Troika com o Parlamento, informou que foi constituída uma Comissão eventual para acompanhamento parlamentar da evolução do programa de ajustamento. Teceu algumas considerações sobre o Euro referindo as divergências políticas existentes nesta matéria, realçando que, para o PSD, a adesão à moeda única constituiu um objetivo nacional. Reconheceu porém que a descida das taxas de juro, que ocorreu na sequência da adesão à moeda única, contribuiu para o forte endividamento do país. Tendo Portugal, e todos os Estados-Membros (EM), perdido instrumentos de política económica importantes para a gestão de crises, considerou fundamental concretizar a União Bancária, de modo a garantir a dissociação entre o risco bancário e o risco soberano. Finalizou lembrando que nos últimos 40 anos da nossa democracia já tivemos três processos de ajustamento (com intervenção do FMI), pese embora esta última intervenção tenha tido natureza distinta, e muitos custos sociais.

A Senhora Deputada Inês Domingos (PSD) considerou o impacto da eventual sobrevalorização do Euro na economia portuguesa pouco significativo uma vez que a maioria dos parceiros comerciais são EM da UE. Referiu que a taxa de pobreza em Portugal, em 2017, era de 18,3% e que o índice de Gini (que mede a desigualdade social) não registou variação muito significativa nos anos de ajustamento económico, porque o anterior governo tentou sempre proteger as classes mais pobres. Expos a posição e as propostas do seu partido para fazer face ao problema imobiliário, que considerou, apesar de tudo, um fenómeno relativamente recente.

A Senhora Deputada Margarida Marques (PS) começou por cumprimentar e agradecer o trabalho desenvolvido pelo Senhor Embaixador da Alemanha. Considera que a sua ação contribuiu para a melhoria da imagem do país em Portugal, sendo o inverso também verdadeiro. Sobre o financiamento

da UE, notou que todos os EM financiam e todos beneficiam. Considerou também que o Parlamento de Berlim está particularmente bem posicionado para compreender a importância das políticas de coesão. Assinalou os interesses comuns dos dois Parlamentos nas temáticas relacionadas com o urbanismo e política das cidades. Na área das Finanças Públicas realçou o peso, ainda excessivo, que os encargos da dívida têm nas nossas contas públicas, mesmo depois do país ter saído do procedimento por défice excessivo. Abordou as causas do endividamento atribuindo também às declarações do então Ministro das Finanças alemão responsabilidades na escalada das taxas de juro em Portugal. Defendeu que, face a 2008-9, a UEM se consolidou porque criou instrumentos e instituições com esse intuito. Expressou porém as suas dúvidas sobre a preparação da UE para enfrentar novas crises, visto que era suposto haver mecanismos de estabilização que não foram criados agravando, nomeadamente, os problemas de desemprego. Em suma, entende que é fundamental completar a UEM com a União Bancária e com o reforço do pilar social. Também considera que pouco se avançou na convergência real. Dissertou finalmente sobre as várias reformas do período pós-crise, salientando a ação do novo governo (do PS) e sua política alternativa visando o crescimento económico e a reposição de direitos, de forma progressiva, e sem por em causa a consolidação orçamental. Sobre a questão habitacional, fez notar que o PS propôs uma Lei da Habitação para introduzir mecanismos adequados de gestão da procura e da oferta. Respondendo à questão da regionalização, lembrou que está em discussão uma Lei da Descentralização prevendo a devida compensação financeira dos municípios. Comentou a intervenção da Troika em Portugal, defendendo que consubstanciou também um desafio à Democracia. Sustenta que há hoje um consenso sobre a necessidade de criar mecanismos democráticos para gerir crises. Entende que é fundamental garantir que os Governos dos EM devem poder desenvolver e implementar os seus programas políticos. Concluiu a intervenção com a temática da paridade informando que o seu partido terá uma lista paritária nas próximas eleições europeias.

A Presidente voltou a intervir para tecer algumas considerações sobre as responsabilidades políticas do governo socialista, que, no seu entendimento conduziu o país a uma situação de pré-bancarrota (em 2010-11) e à subsequente intervenção da Troika.

Depois de ter saudado a delegação alemã, o Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS) transmitiu a sua opinião de que ainda subsistem, apesar do sucesso da política deste Governo (reconhecido internacionalmente), algumas dificuldades. Considerou crucial a atuação do Presidente do BCE, Mario Draghi, na resolução da crise, defendendo a necessidade de concluir a União Bancária e de reformular e reforçar a UEM para enfrentar nova próxima crise (que só se desconhece quando ocorrerá). Abordou a questão das transferências e compensações financeiras: do Fundo de Coesão Regional para as duas regiões autónomas e o Fundo Coesão Municipal para os municípios. Teceu alguns comentários à política de habitação prosseguida pelo Governo, salientando a importância de se ter criado uma Secretaria de Estado, bem como do pacote de diplomas em discussão sobre o alojamento local, arrendamento de longa duração e acessibilidade da classe pobre e classe média à habitação. Concordou com opinião já anteriormente expressa de que há falta de oferta e de que há muito

património público que não está a ser gerido. Finalmente sobre a paridade, destacou a recente aprovação de Lei que impõe paridade para cargos dirigentes.

A Senhora Presidente aproveitou para contextualizar o problema do défice da oferta no mercado de arrendamento, que remonta aos nos 40 do século XX, quando foram congeladas as rendas, mesmo para prédios no centro da cidade. Foi transferido o ónus da garantia do direito à habitação para os proprietários e isso, na sua opinião, gerou entropia e desconfiança no mercado. Realça que a na cidade de Lisboa, a Câmara municipal de Lisboa é o maior proprietário da cidade, detendo muitos imóveis que não estão no mercado. Fez notar que o investimento estrangeiro também tem contribuído, de forma determinante, para a inflação que se verifica neste mercado.

Depois de apresentar os cumprimentos à delegação alemã, o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) apresentou a posição do seu partido sobre a intervenção da Troika em Portugal, que apelidou de “desastrosa”. Fundamenta esta apreciação nos seguintes dados: a) o programa de ajustamento remeteu o país para uma recessão económica profunda cujos efeitos ainda hoje se sentem; b) no período de intervenção da Troika, o desemprego mais do duplicou, tendo atingido os 18% (e 30% de desemprego jovem); c) os níveis de pobreza cresceram vertiginosamente (2,4 milhões de pobres); d) degradaram-se muito os serviços públicos; e) emigraram quase meio milhão de portugueses, o que significou que o país perdeu 5% da sua população, muitos deles, quadros jovens e qualificados. Aludiu ainda ao problema da pobreza infantil que obrigou muitas Escolas, em todo o país, a servirem refeições durante o período de férias. Saliu o papel do PCP na atual solução de acordo parlamentar, que viabilizou uma alternativa governativa diferente, permitindo reverter e “desfazer” as medidas negativas da Troika. Defendeu que é este o caminho que deve continuar a ser prosseguido, apesar das muitas divergências com o partido do governo (PS), nomeadamente no que respeita à UEM. Considera o PCP que a moeda única não está ajustada nem serve os interesses de Portugal e como tal defendem a dissolução da UEM ou a saída de Portugal da UEM. Recordou que os juros da dívida consomem 10% do PIB e que isso prejudica significativamente o investimento público, que é hoje um dos mais baixos da história da nossa Democracia: apenas 2% do PIB quando deveria ser de 5%.

Concluiu a intervenção com a sua apreciação sobre as causas da evolução do mercado imobiliário, apontando a liberalização do mercado da habitação, durante o período da Troika, como causa principal do atual quadro de preços especulativos, até para a classe média. O PCP defende a intervenção do Estado para garantir direito à habitação, classificando de residual a atual política de habitação social. Lembrou tratar-se de um direito consagrado constitucionalmente, demasiado importante para ser deixado nas mãos do mercado.

A Senhora Presidente voltou a intervir para sublinhar que existe uma percentagem significativa da população, em Lisboa vive em habitações sociais (20%). Aludiu ainda a um estudo da OCDE que aponta Portugal como um dos países com menor mobilidade social, ou seja, onde o “elevador-social” funciona mal. Concluiu aquele estudo que são precisos até cinco gerações para que as

crianças nascidas numa família de baixos rendimentos consigam atingir rendimentos médios, abandonado o ciclo de dependência do Estado.

A Senhora Deputada Inês Domingos (PSD) pediu a palavra para dar conta da evolução recente do investimento público em Portugal: que era de 2,4% do PIB durante o período da Troika e que é agora menor, apenas 1,8% do PIB. Em resposta, o Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira recordou que a variável de ajustamento económico em Finanças Públicas é o Investimento público e desafiou a Senhora Deputada Inês Domingos a indicar o valor do Investimento público em 2011, quando o PSD assumiu o poder.

O Chefe da Delegação alemã agradeceu à Senhora Presidente da Comissão a disponibilidade para receber e reunir com a delegação alemã, bem como aos Deputados da COFMA pelo debate vivo e interessante que daqui resultou.

A Senhora Presidente agradeceu a presença do Senhor Embaixador da Alemanha, do Chefe de Delegação do Parlamento de Berlim, do Senhor Secretário de Estado das Finanças do Senado de Berlim bem dos Senhores Deputados da delegação alemã e deu por concluída a audiência.

A audiência foi gravada em suporte vídeo a qual poderá ser consultada na [página internet](#) da Comissão.

11:30

1. Audição com o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, no âmbito da discussão do Relatório do Combate à Fraude e Evasão Fiscais e Aduaneiras 2017 e do Plano Estratégico de Combate à Fraude e Evasão Fiscal e Aduaneira 2018-2020.

A Senhora Presidente deu as boas vindas ao Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e à sua equipa, enquadrando a audição no âmbito da discussão do Relatório do Combate à Fraude e Evasão Fiscais e Aduaneiras 2017 e do Plano Estratégico de Combate à Fraude e Evasão Fiscal e Aduaneira 2018-2020.

Após de uma breve apresentação do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e, em sede de primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados Cristóvão Crespo (PSD), Jânila Madeira (PS), Mariana Mortágua (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Paulo Sá (PCP). O Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais respondeu individualmente às questões colocadas.

Na segunda ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados António Leitão Amaro (PSD) Jânila Madeira (PS), Mariana Mortágua (BE) e Duarte Alves (PCP). Na ronda adicional dos 2 minutos, usaram da palavra os Senhores Deputados Cristóvão Crespo (PSD) e Paulo Sá (PCP).

O Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais respondeu ao conjunto das questões colocadas.

Não havendo pedidos de intervenções adicionais, o Senhor Deputado Duarte Pacheco, que entretanto assumiu a condução dos trabalhos, agradeceu a presença do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e deu por concluída a audição.

A audição foi gravada em suporte vídeo, a qual constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A gravação pode ser consultada na [página internet](#) da audição

2. Apreciação da Nota de Admissibilidade da [Petição nº 533/XIII/3ª](#) - "Solicitam a reposição da taxa do IVA dos espetáculos nos 6%."; Cabe ao GP CDS-PP

Este ponto da OD ficou adiado.

3. Designação de autor de parecer ao [Projeto de Lei n.º 967/XIII/3.ª \(PAN\)](#) - "Possibilita a dedução em sede de IRS das despesas com medicamentos destinados a animais de companhia";

O BE indicou a Senhora Deputada Mariana Mortágua.

4. Designação de autor de parecer ao [Projeto de Lei n.º 968/XIII/3.ª \(PAN\)](#) - "Altera o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, reduzindo a taxa de IVA aplicável às prestações de serviços, efetuadas no exercício das profissões de juriconsulto, advogado e solicitador";

O CDS-PP ficou de indicar o autor de parecer durante a tarde.

5. Designação de autor de parecer ao [Projeto de Lei n.º 969/XIII/3.ª \(PAN\)](#) - "Altera o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aumentando a taxa de IVA aplicável ao leite achocolatado e aromatizado";

O PSD indicou a Senhora Deputada Sara Madruga da Costa.

6. Designação de autor de parecer ao [Projeto de Lei n.º 971/XIII/3.ª \(PAN\)](#) - "Alargamento do regime de tributação para sacos com maior gramagem";

O PS indicou o Senhor Deputado Ricardo Leão.

7. Designação de autor de parecer ao [Projeto de Lei n.º 972/XIII/3.ª \(PAN\)](#) - "Termina com a isenção de pagamento do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) relativamente

aos artistas tauromáquicos, atuando quer individualmente quer integrados em grupos em espetáculos tauromáquicos";

O PCP indicou o Senhor Deputado Duarte Alves.

8. Designação de autor de parecer ao [Projeto de Lei n.º 973/XIII/3.ª \(PAN\)](#) - "Possibilita a dedução, em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), dos custos com a reparação de computadores e de bens de uso pessoal e doméstico";

O PSD indicou o Senhor Deputado António Ventura.

9. Designação de autor de parecer à [Proposta de Lei n.º 144/XIII/3.ª \(ALRAM\)](#) - "Procede à alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro";

O PS ficou de indicar o autor de parecer durante a tarde.

10. Designação de autor de parecer ao [Projeto de Lei n.º 986/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - "Alteração ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro, de modo a isentar de IVA todas as entidades promotoras de creches, jardins-de-infância, lares, entre outros, independentemente da sua natureza jurídica";

O PSD indicou a Senhora Deputada Sara Madruga da Costa.

11. Designação de autor de parecer ao [Projeto de Lei n.º 988/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - "32.ª Alteração ao Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, de modo a restabelecer a redução da taxa do imposto municipal sobre prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo em percentagem do valor do imóvel";

O PS indicou o Senhor Deputado Fernando Anastácio.

12. Designação de autor de parecer ao [Projeto de Lei n.º 990/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - "Benefícios em sede de IRC às empresas que promovam comportamentos familiarmente responsáveis";

O PSD indicou o Senhor Deputado António Ventura.

13. Designação de autor de parecer ao [Projeto de Lei n.º 992/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - "Altera o Código do IRS, com o intuito de repor e reforçar o Quociente familiar";

O PS indicou O Senhor Deputado João Galamba.

14. Apreciação e votação do requerimento do PCP para "Audição do Ministro das Finanças sobre a Caixa Geral de Depósitos";

Este ponto da OD ficou adiado para a próxima reunião.

15. Outros Assuntos.

O Presidente em exercício, Deputado Duarte Pacheco, suscitou a questão relativa à calendarização das audições no âmbito do processo orçamental para 2019, considerando que algumas audições, nomeadamente dos Senhores Ministros da Saúde e do Planeamento, não cabem no período da manhã. No seu entendimento, haverá duas formas alternativas de resolver o problema: adiando o início das audições da tarde para as 16h00, ou, conforme propõe, estabelecendo um contacto prévio com o gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares para averiguar da possibilidade destas audições mais demoradas decorrerem no período da tarde, trocando com as audições de outros Ministros.

Os Senhores Deputados Paulo Sá (PCP), Inês Domingos (PSD) e Mariana Mortágua (BE) manifestaram a sua concordância com a proposta apresentada pelo Deputado Duarte Pacheco.

Não se registando outros assuntos, o Senhor Deputado Duarte Pacheco deu por encerrada a reunião.

A reunião foi encerrada às 14:14 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 25 de julho de 2018

A PRESIDENTE

(Teresa Leal Coelho)



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Reunião de 19 de setembro de 2018

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Leitão Amaro
António Ventura
Carlos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Fernando Anastácio
Hortense Martins
Inês Domingos
Jamila Madeira
João Galamba
João Paulo Correia
João Pinho de Almeida
Margarida Marques
Mariana Mortágua
Nuno Sá
Paulo Sá
Paulo Trigo Pereira
Ricardo Leão
Sara Madruga da Costa
Teresa Leal Coelho
Duarte Alves
Margarida Balseiro Lopes
Margarida Mano